

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: Amaz./Fronteiras
 Data 16/09/93 Pg.: 20 132

Venezuela cria "zona de segurança" na fronteira

Caracas — O sul do estado venezuelano do Amazônias, que faz fronteira com o Brasil através de Roraima, em plena selva amazônica, onde foram assassinados entre vinte e 70 índios ianomamis por garimpeiros brasileiros, será declarado zona de segurança, informou oficialmente ontem o ministro da Defesa. O ministro de Defesa, general de Exército Manuel Andara Clavier, disse que esta zona de segurança, que se estenderá a todas as faixas fronteiriças do país, implica normas explícitas de ocupação por parte das Forças Armadas venezuelanas nesses lugares remotos.

Andara foi ouvido sobre a matança dos ianomamis pelas comissões do Meio Ambiente e Relações Exteriores do Congresso que também ouviram o chanceler Fernando Ochoa Antich e o ministro do Ambiente, Adalberto Gabaldon. Andara informou aos congressistas que as forças vene-

zuelanas mantêm presença nas zonas onde mora os ianomamis e têm planos a médio e longo prazos para se manterem na área.

O ministro informou que segunda-feira passada foi detido um avião com garimpeiros a bordo, que fez uma aterrissagem de emergência em território venezuelano e foi interceptado por um helicóptero da militarizada Guarda Nacional. Foram apreendidos e destruídos equipamentos dos caçadores de ouro brasileiros.

Ele explicou que na região que faz fronteira com Roraima, as Forças Armadas venezuelanas mantêm mais de 30 postos de vigilância e que desde 2 de junho passado começou a "operação Selva Livre", através da qual foram localizados e expulsos 788 garimpeiros. Posteriormente, o ministro encarregado da Defesa destacou que o presidente Ramon J. Velasquez "acolheu a criação de uma Comissão de Opera-

ção Militar", que propará participação ao Brasil.

Andara revelou que está na Venezuela uma comissão brasileira integrada por um general e dois oficiais superiores, mas negou que se produza no Estado do Amazonas uma infiltração de militares brasileiros, como denunciou no início da semana o governador do estado vizinho venezuelano, Edgar Sayago. Para o general Andara o caso dos ianomamis ainda não pode ser qualificado de "massacre, porque só foram descobertos três corpos, embora o Brasil sustente que houve uma matança não podemos senão basear-nos no que encontramos ali". Ao ser interpelado pelos congressistas, o chanceler Ochoa Antich disse que a morte dos ianomamis se produziu quando Caracas havia conseguido "recompor" as relações com Brasília, afetadas pela derrubada de um avião que transportava garimpeiros.

Juiz determina prisão de 19

Ochoa Antich disse ainda que um juiz federal da cidade brasileira de Boa Vista informou que emitiu um mandado de prisão preventiva contra 19 garimpeiros suspeitos do massacre — 18 homens e uma mulher, cozinheira deles — e que há uma semana decretou a detenção de outros quatro caçadores de ouro, que supostamente teriam instigado a matança.

A sessão do Congresso adquiriu um matiz dramático, com a apresentação de quatro índios ianomamis. "Vimos falar com vocês para ver se nos escutam; se estão metendo os garimpeiros em nossas casas; temos problemas por causa dos irmãos que já mataram; queremos saber se nos podem ajudar", disse um índio.

O ministro do Ambiente, Adalberto Gabaldon, mapas na mão, mostrou aos congressistas a exploração de minérios em território venezuelano e a pressão feita por sua intensificação, que se produziu na maior parte do lado brasileiro vizinho.

Militar evita manifestação

As Forças Armadas brasileiras esperam uma determinação do Presidente da República, Itamar Franco, para adotar qualquer atitude na região da fronteira, no Estado de Roraima, com a Venezuela. Segundo o ministro chefe do Emfa, almirante Arnaldo Leite Pereira, enquanto as atividades estiverem dentro do território da Venezuela não há motivos para preocupação. Até o momento o Governo brasileiro não recebeu nenhum comunicado oficial do governo venezuelano, nem tem conhecimento de uma ocupação mais ostensiva na Amazônia venezuelana.

No Ministério do Exército, o CeComSEx, limitou-se a infor-

mar que não há nada a declarar sobre o assunto, porque a decisão tomada pelo governo da Venezuela é soberana e, por se tratar de um país vizinho e amigo. Segundo o ministério não se trata de uma medida que ameaça à soberania brasileira. "Somos muito amigos e o aumento de tropas militares na fronteira não significa uma afronta ou um ataque ao Brasil. Não se trata de fazer uma guerra com o nosso País, nem nós com eles".

Apesar do posicionamento da área militar, o Ministério das Relações Exteriores evita comentar a decisão venezuelana mas, garante que o assunto é estritamente militar. Por enquanto o Itamarati está estudando o assunto e colhendo novas informações junto à Embaixada Brasileira na Venezuela; uma vez que é esperado para hoje um comunicado oficial da decretação da zona de segurança, na divisa com Roraima.